

CONGRESSO NO VERMELHO

Parlamentares estão 'pendurados' no cheque especial

A dureza bateu às portas de um lugar que até há pouco tempo era tido como um dos poucos imunes às crises econômicas vividas pelo País: o Congresso Nacional. De bolsos vazios, nada menos do que 507 dos 513 deputados e 56 dos 81 senadores estão pendurados no cheque especial do Banco do Brasil. Outros 128 deputados e 11 senadores tiveram de recorrer também a empréstimos de emergência no Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) deve R\$ 16 mil ao cheque especial do Banco do Brasil. Ele conta que foi à gerência do banco saber se havia algum tipo de empréstimo com juros menores

dos que os do cheque especial, que giram em torno de 14% ao mês. Ouviu do gerente a informação de que não existe operação bancária com juros menores e que não ficasse desesperado, porque estava em situação privilegiada. "O senhor só deve R\$ 16 mil, tem gente aqui com buracos de R\$ 50 mil, R\$ 60 mil", informou o gerente.

Ferro pôs à venda o apartamento de três quartos que tem em Recife (PE), na tentativa de pagar a dívida do cheque especial. "Mas não apareceu ninguém para comprar o imóvel", disse ele. "Minha mulher é médica e tem ajudado muito nos gastos da família." Os deputados do PT têm despesas muito maiores que os outros: eles contribuem com 30% do salário para os cofres do partido. Soman-
do-se com as despesas de pensão alimentícia, muitos parlamentares do PT não levam nem R\$ 2 mil para casa.

As queixas sobre problemas financeiros eram até agora incomuns entre os parlamentares, que recebem salários de R\$ 8 mil mensais. Mas de uns tempos para cá eles perderam o constrangimento e já falam de sua situação de penúria até nos microfones da Câmara e do Senado. O deputado Nilson Gibson (PMN-PE), por

exemplo, vez por outra pede um aumento de ordenado. Segundo ele, está muito difícil a sobrevivência, porque com os descontos, os R\$ 8 mil reduzem-se a R\$ 5,4 mil.

As dificuldades financeiras atingem a todos, líderes e liderados. O líder do governo no Senado, Élcio Álvares (PFL-ES), salvou-se este mês por causa do cheque especial. "Vinha conseguindo equilibrar minhas contas, mas neste mês não deu", contou Álvares. Para cobrir o rombo de mais de R\$ 2,5 mil, ele recorreu à poupança que vinha fazendo.

Élcio Álvares contou que uma das formas de fazer economia e equilibrar as contas foi reduzir drasticamente tudo quanto é almoço e jantar com políticos.

"As vezes a gente senta com alguns prefeitos e, quando o jantar termina, ninguém leva a mão ao bolso", queixou-se.

"Acho que pensam que o senador está em uma hierarquia superior e deve pagar tudo."

O senador Pedro Simon (PMD-RS) também deu basta a almoços e jantares. "Não troquei meu carro, um Santana 89, modelo antigo, e agora não consigo mais comprar um novo". Segundo Simon, seu dinheiro é contado. Já o senador Gilvan Borges (PMD-AP) acha que tanto pouco dinheiro é perigoso para o parlamentar: "Temos de resistir à tentação dos lobbies, senão adeus dignidade do exercício do cargo."

Na cata de dinheiro, houve uma correria ao IPC, que reabriu empréstimos de até R\$ 15 mil há dois meses. Desde a abertura do socorro financeiro, 128 deputados e 11 senadores tomaram empréstimos ao IPC, a juros de poupança mais 0,5%. Em junho, os juros do IPC alcançaram 4,26%, abaixo dos 14% do cheque especial. "Estamos trabalhando em regime de UTI", disse o presidente do IPC, deputado Heráclito Fortes (PFL-PI).

João Domingos/AE